

**Bodo Freund (Berlim)**

## **O Trás-os-Montes rural no século XVIII**

Há muito tempo, no decorrer de pesquisas para a minha tese de doutoramento nos anos sessenta, consultei nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo o chamado «Diccionario Geográfico» do Padre Cardozo. Na realidade, o dicionário nunca foi feito, mas trata-se duma colecção de manuscritos feitos em 1758 pelos párocos de todas as freguesias do país. Essas descrições locais foram feitas na época Pombalina depois duma série de maus anos agrícolas e depois do terramoto de 1755.

Uma pesquisa recente na internet levou-me à conclusão de que estes documentos, também chamados Memórias Paroquiais, são uma fonte de informações muito utilizada para monografias locais ou municipais. Mas parece que não há exploração ao nível provincial ou nacional nem reflexões quanto à importância metodológica. Isso é estranho dado que as memórias paroquiais são de acesso bastante fácil. Claro que a letra dos párocos é às vezes difícil de decifrar. Mas ajuda muito a sequência repetida dos assuntos tratados. Essa vantagem é devida ao facto de os padres responderam a um questionário, o que na época era com certeza um instrumento inovador para a colheita sistemática de informações.

Na primeira parte, as perguntas referem-se à situação administrativa da freguesia, à sua subdivisão em povoamentos, aos números de fogos e habitantes e aos principais produtos agrícolas. Na segunda parte, trata-se dos montes, da vegetação e das formas de exploração como sejam o pastoreio, a caça e a extracção de minério. A terceira parte refere-se aos cursos de água, à sua navegabilidade, à sua utilização na rega ou como fonte de energia para moinhos, pisões ou lagares.

A qualidade das descrições individuais depende da inteligência e da assiduidade dos párocos respondentes. Por outro lado, a grande vantagem da colecção é a cobertura espacial sem lacunas. Isso pelo menos está certo para a província de Trás-os-Montes no nordeste do país com aproximadamente 500 freguesias. Além disso, os produtos principais da terra são quase sempre mencionados, de maneira que é possível reconstruir a geografia agrária dessa província que até hoje é a mais agrícola do país.

Na maioria das freguesias, a cerealicultura é a base da economia local. Na parte ocidental, que confina com a província do Minho, domina nitidamente o centeio, enquanto na parte leste predomina o trigo. Em todas as partes da província — salvo nas terras de Miranda do Douro, no extremo leste — se relata a carência de cereais. Existe a ideia de que a área cultivada não pode-ser expandida; não se faz alusão à ideia de intensificar a cultura.

A cultura do milho, que veio da América, já está bastante difundida na parte ocidental da província que é mais húmida. No vocabulário dos párocos reflete-se a substituição duma planta cultivada tradicionalmente por essa planta moderna. O milho, no sentido actual da palavra (*Zea mais*), é chamado milhão, milho grosso, milho grande e milho maes, enquanto a planta tradicional e européia (*Panicum milia-ceum*) é designada pelas palavras milho miúdo, milho pequeno, milho alvo ou branco; além disso, existe outra espécie tradicional chamado milho painço ou simplesmente painço (*Panicum italicum* L.). Onde se adivinha a área de difusão recente do milho grosso persiste geralmente ainda a cultura de milho miúdo e painço (Campeã — Vila Real — Murça) e permanece mesmo ainda uma pequena área onde só os milhos tradicionais são mencionados ao lado do centeio (Serra de Alvão — Ribeira de Pena — Vila Pouca de Aguiar). Para leste, onde predominam planaltos secos, o milho grosso e os seus predecessores rareficam-se por razões de ecologia agrária; estão restringidos a pedaços de solos húmidos nas aluviões de confluência ou nas várzeas por baixo de grandes nascentes, e, por fim, desaparecem completamente.

No extremo leste, o milho encontrou dificuldades de expansão por causa de outros competidores, seja nas terras naturalmente húmidas semeadas na primavera com trigo tremês ou cevada, seja nas terras regadas e plantadas com legumes tais como cebolas, pimentos, nabos, lentilhas e melancias. Nestas circunstâncias, o milho entrou nas hortas como parte duma associação de plantas de tradição índia, quer dizer, juntamente com o feijão e a abóbora.

Desde aquela época, a cultura do milho tem-se expandido. A meu ver, isso é devido à pressão demográfica e, mais recentemente, à importância crescente da bovinicultura, pois, neste contexto o milho tornou-se em planta forrageira que não necessita de um desenvolvimento vegetal completo.

Após os cereais e o milho, a castanha é o elemento mais importante na alimentação regional da época, salvo nos planaltos perto da fron-

teira leste e nas altas montanhas frias e húmidas do oeste. De resto, notam-se geralmente concentrações nas áreas montanhosas e, em contrapartida, rarefacção nas baixas com condições favoráveis para vinhas e oliveiras. Em certas áreas, especialmente no leste, a população limita-se à recolha das castanhas nos soutos quase selvagens; pelo contrário, nas áreas de maior densidade, cultivam-se árvores enxertadas. A fruta é especialmente importante para as populações pobres. Entre várias formas da sua utilização, existe também a panificação.

Vou agora passar à batata, apesar de essa cultura ainda na época ter estado pouco repandida. É apenas mencionada em nove freguesias no total de 500, aproximadamente, da província inteira, e quase só na área montanhosa de Montalegre e Chaves. Parece que a batata foi introduzida nas áreas mais rudes com poucos recursos além do centeio e do gado.

Nos documentos, é chamda «castanha da Índia, castanha da terra, castanhola» em contraposição à «castanha de castanheiro, castanha de casca ou castanha de pau». As designações indicam que o fruto novo entrou numa função alimentar semelhante à castanha própria, apesar de ser extremamente diferente do ponto de vista botânico e agrotécnico.

Contrariamente ao que aconteceu com o milho grosso em relação ao milho miúdo e painço, a batata não marginalizou e substituiu a castanha, pois, exige terras com aptidão agroecológica bastante diferente, a saber: com pouca pedra e mais humidade. Comparada com a do milho, a sua difusão não só começou mais tarde, mas também demorou mais tempo. A cultura da batata progrediu especialmente na segunda guerra mundial quando os camponeses trasmontanos substituíram o pousio tradicional e começaram a cultivar a batata alternadamente com o centeio, ora individualmente ora num afolhamento colectivo. Contudo, os soutos e muitos castanheiros dispersos tornaram-se muito mais raros. É verdade que a sua importância como alimento humano e para porcos tem diminuído. Mas importa também recordar que, durante a carência energética da grande guerra, muitos castanheiros foram abatidos e que uma micose incurável chamada «tinta» diminuiu os efectivos (*Phytophthora cambivora*).

Para continuar a série dos produtos mais importantes e difundidos da época, tenho de falar da vinha como terceira cultura, após os cereais e o milho. Cultiva-se por toda a parte para consumo local, salvo naquelas aldeias desfavorecidas onde começou a cultura da batata. Por

outro lado, já existe no Alto Douro uma região essencialmente vitícola entre Mesão Frio e Carrazeda de Anciães. Em volta de Mirandela, a vinha ocupa também um lugar considerável. Na série das culturas importantes, segue-se a oliveira que domina na mesma bacia de Mirandela e, além disso, é plantada ao longo de grandes rios e nas vertentes expostas ao sol. Parece que a sua localização permanece bastante estável até hoje.

Vale a pena falar também de culturas que ocupam pouco terreno mas que têm interesse. Além da batata, há as árvores de fruta e as plantas que servem directamente ou indirectamente para a produção de fibras.

Em volta de Bragança, a cultura de nogueiras tem uma certa importância. Nas montanhas confinantes com a província do Minho, é ainda costume recolher as bolotas dos carvalheiros. Como os castanheiros, estas duas espécies arbóreas foram muito reduzidas até meados do século vinte.

Por outro lado, parece que as amendoeiras estavam menos difundidas do que actualmente, pois, são apenas mencionadas no sudeste da província. Em contrapartida, é a partir do oeste que a cultura duma fruta enigmática se tem expandido a montante dos rios Cávado, Rabação e Douro. Nos documentos menciona-se «frutas de espinho». São citrinos que raramente são chamados mais diferenciadamente «laranja da China, limões agros e doces». Nos viveiros, ainda hoje é costume chamar «árvores de espinho» aos citrinos.

No sudeste da província cultivam-se amoreiras para o bicho-da-seda. Esta actividade parece, porém, estar em declínio. Nos arredores de Bragança já não é mencionada, mas aí como na própria cidade, lamenta-se o declínio do comércio específico e da actividade económica em geral. Sabe-se que posteriormente houve um renascimento até 1870 aproximadamente.

Como planta de fibras, o linho está largamente difundida e mostra uma certa concentração nas montanhas do nordeste. As parcelas da cultura estão abaixo das nascentes ou ao longo de ribeiros. Nalguns documentos nota-se que a produção é destinada à venda mas não se dão pormenores. O mais provável, portanto, é que houve apenas produção caseira de panos ou outros têxteis. Ainda não se fala de crise, pois, o declínio apenas começou quando o algodão das colónias foi transformado nas fábricas do Minho no século XIX.

Muito diferente é o caso do cânhamo que é mencionado apenas em três freguesias perto da foz do Rio Sabor no Douro. A área cultivada fica perto da vila da Torre de Moncorvo onde uma cordoaria real tinha existido até 1735 aproximadamente.

Quanto à lã, essa produção existe por toda a província, sem dúvida mais fortemente nas terras com afolhamento bienal a leste. Aí dominam os campos abertos da cerealicultura com pousio que serve de pastagem para as ovelhas.

Em resumo, a produção de fibras de cânhamo e de seda tinha tido localmente um relevo económico notável, talvez protoindustrial, mas está claramente em declínio por volta de 1758. Por outro lado, as produções de linho e lã estão muito difundidas, mas faltam indicações duma produção têxtil que supere a actividade caseira e artesanal.

Os padres escrevem com certa frequência sobre o estanho e o ferro e mesmo sobre ouro e prata. Mas, na maior parte, a extracção de minério já havia acabado há muito tempo, há decénios ou mesmo séculos. Os sítios mineiros ou de transformação estão em ruínas. Apenas nos concelhos da Torre de Moncorvo e do Mogadouro ainda existe extracção e transformação de minério de ferro.

Para o comércio da província, o Douro é muitíssimo importante. Foz Tua serve para o escoamento de trigo e centeio da bacia de Mirandela e dos planaltos orientais, assim como do azeite e do sumagre das encostas expostas ao sol. Pinhão e mais ainda a Régua servem para transporte de vinho, de aguardente, de vinagre e mais uma vez de cereais e sumagre (um material vegetal para o cortume de peles) e, finalmente, de frutas.

Os navios que viajam para montante transportam sal, arroz e bacalhau. Alguns continuam rio acima até ao salto do Cachão da Valeira perto de S. João da Pesqueira e transportam mesmo vinho para o leste da província.

Para terminar, tenciono chamar a atenção para três aspectos:

1. Existe uma base completa para uma geografia histórico-económica de Portugal, uma base mal aproveitada, segundo me parece.
2. Dum lado, a colecção de manuscritos reflecte ideias tradicionais duma geografia topográfica e estatística. Do outro lado, reflecte uma metodologia que me parece inovadora que consiste no emprego dum questionário distribuído ao mesmo tipo de informantes em todas as freguesias do país, levando a uma cobertura completa dum território relativamente grande no contexto da época. Nos li-

vros de ciências sociais e económicas não se faz referência à história dos inquéritos. Depois de ter consultado alguns colegas dessas disciplinas, cheguei à conclusão de que as memórias paroquiais representam uma tentativa temporã duma metodologia para ganhar conhecimento completo e actual dum país. É por isso que fazem parte do século das Luzes e que merecem uma atenção que ultrapassa o interesse restrito das monografias locais.

3. Seria interessante saber quem mandou fazer e quem organizou o inquérito que foi evidentemente executado com rigor. Poder-se-ia imaginar uma relação para as intenções pombalinas de melhorar a economia do país.

Esta manhã, numa conversa curta com o colega José Vicente Serrão, dos Arquivos Nacionais do Torre do Tombo, aprendi com muito prazer que se projecta uma publicação completa dos documentos. Isso vai, com certeza, ajudar a uma utilização mais adequada dessa valiosa documentação.

### Bibliografia

- Freund, Bodo (1975): «Les mémoires paroissiaux comme source d'information sur les paysages agraires du Nord-Est Portuguais au 18ième siècle», em: Desplanques, Henri (ed.): *Diputazione di Storia Patria per l'Umbria*. Atti del Convegno internazionale «I Paesaggi Rurali Europei», Perugia 7-12, Maggio 1973.
- Memórias Paroquiais (Diccionário Geográfico do Padre Cardozo), manuscritos, Lisboa: Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.
- Ribeiro, Orlando (1971): «Milho», em: Serrão, Joel: *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas ed.
- Sá, José António de (1784): «Descripção Económica da Torre de Moncorvo», em: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Vol. III, Lisboa, pp. 253-290.
- Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrários (1950ss.): *Inquérito Agrícola e Florestal. Descrições dactilografadas da Situação económica dos Concelhos de Trás-os-Montes*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
- Taborda, Vergílio (1932): *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra: Imprensa da Universidade.